

Região define três hospitais de referência para partos

CARMEN STAGGEMEIER XAVIER

carmen.xavier@diariosm.com.br

FERNANDA RAMOS, 9/02/2017

Além da expectativa com a chegada do filho, a angústia de cada mãe é onde realizar o parto e em que condições o bebê virá ao mundo. Para qualificar a atenção à saúde da gestante e do recém-nascido e, com isso, reduzir a mortalidade materno-infantil e sequelas que possam afetar a saúde da criança, a Região Central está organizando a Rede de Atenção ao Parto e Nascimento. Mais um passo foi dado ontem, em Santa Maria, onde secretários de Saúde de municípios da região e representantes da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS) definiram os hospitais que são referência para o atendimento a gestantes.

O Hospital Universitário de Santa Maria (Husm), a Casa de Saúde (Santa Maria) e o Hospital de Caridade de Santiago são as três instituições que atendem aos critérios estabelecidos pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB). A comissão é um fórum de negociação entre o Estado e os Municípios na implantação e operacionalização do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa é a primeira etapa para que a rede se consolide.

Segundo a enfermeira e coordenadora da Política de Saúde da Mulher da 4ª CRS, Daiana do Nascimento Soares, a definição das instituições de referência é o primeiro passo para a regionalização do serviço de atenção ao parto de risco habitual pelo SUS. Isso assegura o acesso das gestantes a serviços hospitalares habilitados para este fim.

— Esses três hospitais são os que atendem os critérios da resolução da CIB. Agora, o docu-



REDE DE ATENÇÃO Com a definição, as três instituições vão receber recursos a cada parto realizado

mento com essa definição das referências será encaminhado ao governo do Estado para avaliação — explica Daiana.

Depois da aprovação, pelo Estado, ainda deverá ser feita uma reunião com os gestores desses três hospitais para os acertos finais. Após, é feita a assinatura do termo de adesão entre os municípios e as instituições de saúde.

SECRETÁRIOS

Para o secretário de Saúde de São Sepé, Marcelo Ellwanger, a regionalização do atendimento a gestantes traz alguns questionamentos. Segundo ele, uma das preocupações dos municípios do interior é com o custo que o transporte das gestantes vai gerar, além da própria segurança

das mães e dos bebês.

— Com a resolução, nós, de municípios menores, vamos poder atender somente casos de urgência e emergência. Mas, vamos buscar nos adequar para atender a resolução — explica.

Para a secretária adjunta de Saúde de Santa Maria, Liliane Mello Duarte, a definição de dois hospitais do município como referência é o reconhecimento da qualificação dos serviços:

— Para a cidade, receber essa demanda contribui para melhorar ainda mais os serviços, uma vez que haverá aporte financeiro para esses procedimentos.

A REDE

Na região centro do Estado, os casos considerados de médio e

baixo risco serão encaminhados para a Casa de Saúde, em Santa Maria, e para o Hospital de Caridade, em Santiago. Para essas instituições, estão previstos recursos financeiros para a realização desses procedimentos. Já as situações de alta complexidade terão como destino o Husm. Nesse caso, não haverá repasse de recursos do Estado por se tratar de uma instituição federal.

A Secretaria Estadual da Saúde (SES) explica que a proposta é organizar a Rede de Atenção ao Parto e Nascimento de forma regionalizada. O plano não proíbe que hospitais de pequeno porte realizem partos, desde que sigam as exigências da vigilância sanitária. O aporte de recursos, porém, será menor, de acordo com a tabela SUS.